

A SITUAÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DE BELO HORIZONTE: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Thiago Canettieri
Ramon Finelli
Pedro Ricardo Fernandez
Thiago Pereira

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise da distribuição espacial das instituições que oferecem o Ensino de Jovens e Adultos, analisando a eficiência das políticas públicas em garantir a educação para os indivíduos que não tiveram acesso na idade correta. Constitui uma contribuição ao desenvolvimento de políticas públicas devido a análise não apenas de números, mas uma análise da variação desses números no espaço. A partir da análise espacial conjunta da localização das instituições através da técnica de densidade de Kernell e as informações referentes ao percentual de analfabetismo nas Unidades de Desenvolvimento Humano (unidade espacial de análise do Atlas de Desenvolvimento Humano da RMBH) de Belo Horizonte, foi possível observar a ação do Estado na oferta desse serviço e como a população utiliza do mesmo. Também faz parte do trabalho a aplicação da correlação de Pearson entre variáveis que permitem verificar a importância para a população que o EJA pode oferecer. O Ensino de Jovens e Adultos de Belo Horizonte possui grandes avanços, mas ainda é uma política pública que deve ser melhorada, ampliando a rede e a qualidade de ensino para os usuários.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos; Belo Horizonte; Análise Espacial; Direito à Educação.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta uma análise da distribuição espacial das instituições que oferecem o Ensino de Jovens e Adultos, analisando a eficiência das políticas públicas em garantir a educação para os indivíduos que não tiveram acesso na idade correta. Além disso, visa demonstrar a importância social do direito à educação a partir do caso do município de Belo Horizonte, foco da pesquisa.

Objetiva-se com o trabalho verificar, espacialmente, a abrangência do programa de Educação de Jovens e Adultos, o EJA, no município de Belo Horizonte, relacionando com a concentração de pessoas analfabetas ou com menos de quatro anos de estudo acima dos 15 anos de idade.

A partir de todo esse panorama traçado fica nítida a relevância da ciência geográfica como uma ciência útil para o planejamento, nesse caso o público. Descartar essa etapa de planejamento que procura no espaço uma resposta às necessidades sociais e as obrigações do Estado representa um equívoco.

Também é parte integrante do presente trabalho a análise correlacional dos percentuais de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas e com menos de quatro anos de estudo com outras variáveis selecionadas:

- Analfabetas em (1991)
- Com menos de quatro anos (1991)
- Renda per Capita (2000)
- Percentual de pessoas com a renda per Capita abaixo de R\$75,50 (2000)
- Renda média dos responsáveis pelo domicílio (2000)
- Taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (2000)
- Percentual de responsáveis pelo domicílio com renda até 1 salário mínimo (2000)
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)

Com essa análise correlacional permite-se verificar a importância social da educação, demonstrando a existência de grande vulnerabilidade social entre as populações com baixo ou nenhum acesso a educação acima dos 15 anos de idade.

O trabalho é dividido em quatro partes. Na primeira é feita uma retomada do processo histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, quais os programas adotados e os resultados obtidos por eles.

Então, a partir dessa noção geral a nível nacional, a mesma análise é verticalizada para o município de Belo Horizonte, demonstrando as suas especificidades, constituindo assim a segunda parte do trabalho.

A terceira contém a análise espacial da distribuição das instituições que oferecem o Ensino de Jovens e Adultos, relacionando essa distribuição com mapas temáticos que demonstram a organização espacial da população acima de 15 anos de idade analfabeta e com menos de quatro anos de estudo.

A quarta parte é a análise da importância social que o EJA cumpre, constituindo um importante instrumento que permite o acesso à educação a população que, na idade correta, não teve acesso, garantindo assim maior igualdade entre os cidadãos.

2 METODOLOGIA UTILIZADA

Para a elaboração do trabalho foi necessário, em um primeiro momento, a realização de uma revisão bibliográfica sobre o EJA, focando principalmente sobre o processo histórico de sua produção, o seu funcionamento prático e legislativo e sua importância.

Em seguida, junto da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, foi obtido o endereço de todas as escolas que possuem a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. Com os endereços foi possível obter a localização espacial de cada escola com EJA e assim, mapeá-las.

A partir disso foi feito o trabalho estatístico de configurar a densidade de Kernel. Esse trabalho é, segundo Câmara e Carvalho (2004, p.35), uma alternativa para análise de padrões de pontos, sendo capaz de estimar a intensidade pontual do fenômeno. Essa técnica consiste em realizar uma contagem de todos os pontos dentro de uma região de influência, ponderando-os pela distância de cada um à localização de interesse.

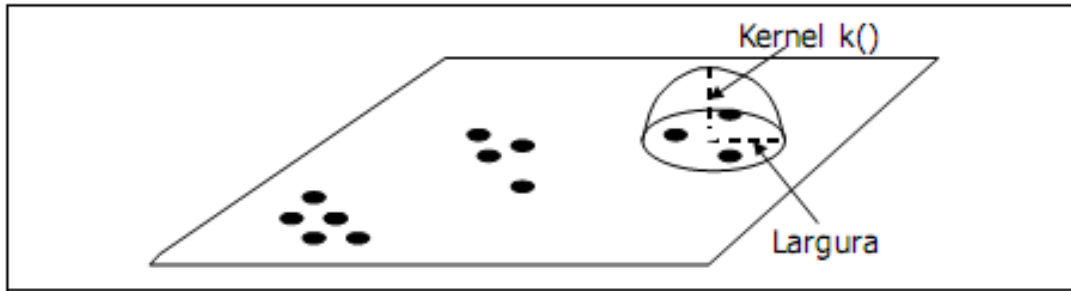


Figura – 01 Estimador de Intensidade de Distribuição de Pontos Kernel

(Fonte: CÂMARA; CARVALHO, 2004, p.35)

Essa técnica cria uma função com a quantidade de pontos circunscritos por uma largura determinada (raio de busca) para determinar a densidade de pontos, a densidade de Kernel. A partir dela é gerada uma escala de cor que representa a concentração dos pontos espacialmente inseridos no raio de busca. Quanto maior a concentração de pontos mais próximos um dos outros, mais vermelho será representado no mapa.

Segundo Câmara e Carvalho (2004, p.37) essa técnica é útil em fornecer uma visão geral da distribuição dos fenômenos, tratando de ser um indicador de fácil uso e interpretação.

Depois de elaborado o mapa com a densidade de Kernel, será comparado aos mapas elaborados no Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, projeto elaborado pelo Programa das Nações para o Desenvolvimento. Os mapas considerados são o de percentual de indivíduos com mais de 15 anos analfabetos e o percentual de indivíduos com mais de 15 anos com menos de quatro anos de estudo. Essas variáveis, referentes ao ano de 2000, serão referências para comparar e analisar a distribuição das escolas com EJA em Belo Horizonte.

Ainda, a fim de melhorar a análise e demonstrar a importância do EJA, será elaborados testes estatísticos utilizando da Correlação de Pearson. Através da correlação, segundo Gerardi e Silva (1981, p.98), permite-se que se examine se duas variáveis são interdependentes e também determinar a direção da covariação.

A correlação de Karl Pearson é obtida com a aplicação da seguinte fórmula:

$$r = \frac{n \sum x_i y_i - (\sum x_i) (\sum y_i)}{\sqrt{[n \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2] [n \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2]}}$$

(GERARDI; SILVA, 1981, p.101)

As variáveis que pretende-se relacionar são organizadas em um plano cartesiano e organizadas uma no eixo das abscissas e a outra nas ordenadas. Essa distribuição gráfica em forma de pontos permite visualizar a variação de X para os valores de Y.

Como resultado da fórmula de Pearson é obtido, em forma de índice, o grau de associação linear entre as variáveis, variando entre +1 e -1. Assim, quando o valor é positivo com valores para x positivos y também aumenta, sendo que $r = +1$ significa uma perfeita associação positiva. E quando o valor é negativo, significa que com valores crescente para x os valores de y diminuem, com $r = -1$ sendo uma perfeita associação neagativa. Caso $r = 0$ não existe correlação entre as variáveis. (GERARDI; SILVA, 1981, pp.99 - 101)

Segundo Gerardi e Silva (1981, p.100) os índices com o valor entre $\pm 0,01$ e $\pm 0,29$ é considerado uma fraca correlação, entre $\pm 0,30$ e $\pm 0,49$ correlação moderada e para valores acima de $\pm 0,50$ é designado como correlação forte.

3 O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

A história da educação disponibilizada para jovens e adultos no Brasil é muito recente. Durante muito tempo a educação formal no Brasil se restringia a poucos segmentos da população, sendo que, as classes populares, não recebiam atenção das políticas públicas educacionais (CARLI, 2004; ZANETTI, 2001).

A educação de Jovens e Adultos já aparece na Constituição de 1934, início do período de governo de Getúlio Vargas e o seu incentivo ao desenvolvimento industrial. Cunha (1999) citado por Porcaro (2004) afirma que a principal valorização por parte do governo da educação dos adultos foi devido a melhor capacitação da mão-de-obra e a alfabetização vista como progresso do país. Assim, inicia-se um processo lento, mas crescente, da valorização da educação para os adultos.

Em 1945, ao final do governo de Vargas e com a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), foi feita a solicitação aos países integrantes, esforços para a educação dos adultos. O Brasil, como resposta lança a 1ª Campanha de Educação de Adultos em 1947. Cunha (1999 apud PORCARO, 2004) analisa o analfabetismo era visto como causa, e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o

analfabetismo era visto com grande preconceito, tratado como elemento incapaz e marginal da sociedade. Essa primeira campanha não obteve sucesso principalmente devido a metodologia da alfabetização adotada com precárias condições do funcionamento, a baixa frequência e aproveitamento dos alunos e a má remuneração e desqualificação dos professores.

A proposta seguinte veio com a Ditadura Militar em 1967, criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL, que era voltado para a população de 15 a 30 anos de idade, e que tinha como objetivo apenas a alfabetização funcional.

Na década de 70 ocorreu a explosão do MOBRAL estando relacionado com a intensificação da industrialização do Brasil, uma vez que era uma necessidade econômica promover a qualificação da mão-de-obra para o mínimo preciso para operar as novas máquinas industriais. Além dessa característica, a educação no MOBRAL era uma forma de exercer influência direta do Estado na formação dos trabalhadores, enquadrando a população ao sistema capitalista frente à ameaça do regime socialista.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado um capítulo específico para a EJA. Esta Lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país. Em 1985, o MOBRAL foi extinto e surgiu, em seu lugar, a Fundação EDUCAR, que abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes. (PORCARO, 2004)

Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos, conforme o artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
II – Progressiva universalização do ensino médio gratuito
(Carta Constitucional do Brasil, 1988)

No caso do EJA, o artigo 208, parágrafo 1º da CF/88 afirma ser o acesso ao ensino gratuito direito público subjetivo. Como o autor Cury comenta:

Maiores de 15 anos têm idêntico direito, mas só o usufruem na medida em que o exigem. Isso significa que a educação de jovens e adultos é reconhecida como

direito dos que não tiveram acesso à ele na idade apropriada. E significa também que a lei considera o jovem e o adulto como sendo capazes de fazer uma opção consiente pelo valor da escola (CURY, 2000, p.575 apud CARLI, 2004, p.62)

A modalidade EJA não é de caráter obrigatório, uma vez que, como Cury afirma, a lei considera o jovem e adulto conscientes do valor da escola para sua vida para fazer sua escolha.

Em nível internacional, durante os anos 90, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento. Esta, então, chamou uma discussão nacional sobre o assunto, envolvendo delegações de todo o país.

Como resposta, é feita a Emenda Constitucional nº14, de 1996:

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames

Através da LDB 9.394/96 confere ao EJA uma nova identidade, incluindo como uma modalidade da educação formal, de caráter não obrigatório por parte do indivíduo, mas como dever do Estado. Passa a integrar a educação formal, deixando o caráter de campanhas conforme foi conduzido em experiências anteriores.

A Constituição Federal, portanto, não deixa de conferir à EJA o estatuto de direito de todo o cidadão, mas, como já exposto anteriormente, a obrigatoriedade assume um caráter compulsório para o indivíduo e para o Estado, na faixa dos 7 aos 14 anos. O que significa que,

após essa faixa, para usufruir desse direito, é necessário que o indivíduo ou uma instituição que o represente assumam essa exigência em relação ao Estado.

Conforme a autora Solange Carli (2004, p.42) coloca, a consolidação desse direito é produto de “cinco séculos de história de lutas no país” que buscavam uma educação básica como direito universal de cidadão. Então, o EJA aparece como a reparação de um direito que foi negado a uma população na idade adequada.

Conforme Arroyo:

A EJA sempre aparece vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo. (ARROYO, 2005, p.31 apud SILVA, 2009, p.212).

Para além do processo de transmissão de conteúdos emergem outras questões importantes que nos chamam a atenção para entender a escolarização da EJA. Na sala de aula entrecruzam-se diferentes dimensões: intergeracional, socioeconômicas, étnico-raciais, orientações sexuais, a inclusão de pessoas com deficiência e das experiências e expectativas de vida dos indivíduos em torno do processo de escolarização da EJA. Experiências ricas e que de certa forma são pouco ou quase nunca exploradas no ambiente escolar.

Nesse contexto Sérgio Haddad (2002) alerta que mesmo que o campo educacional da Educação de Jovens e Adultos esteja sendo gradativamente institucionalizado em modalidade de ensino, atualmente a EJA está cada vez mais sendo incorporada pela prática da educação formal. O autor ainda pondera que mesmo diante dessa situação não se deve perder de vista a dimensão histórica de luta pelo “direito” à educação básica de qualidade, intrínseca ao campo educativo da EJA através de suas conquistas. Haddad esclarece que:

Mesmo a EJA estando cada vez mais próxima das instituições oficiais de ensino e das reflexões sobre escolarização, isto não a isola ou não parece poder isolá-la do debate mais amplo que ainda permanece vivo nos movimentos populares sobre a necessidade de se pensar numa educação que ultrapasse os objetivos utilitaristas de certificação e abra-se para uma perspectiva de conquista de direitos. (HADDAD, 2002, p.16 apud SILVA, 2009, p.212)

A análise de Haddad (2002 apud SILVA, 2009, p.212) é de grande importância, pois uma modalidade como o EJA deve ser mais que o ensino de uma educação básica,

apenas “utilitarista de certificação”, mas a educação no EJA deve ser, em primeira instância, uma forma de se garantir outros direitos à população. Dessa forma, o EJA não cumpre um papel apenas na educação de jovens e adultos, mas atua como construção de cidadãos conscientes.

4 A SITUAÇÃO DO EJA EM BELO HORIZONTE

Em Belo Horizonte, especificamente, a Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de março de 1990, no Capítulo V, da Educação, afirma:

Art. 157 – A educação, direito de todos, dever do poder público e da sociedade, tem como objetivo o pleno desenvolvimento do cidadão, tornando-o capaz de refletir sobre a realidade e visando a qualificação para o trabalho. Parágrafo 1º. O dever do município com a educação inspira a garantia de: I-ensino de primeiro grau, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, em período de oito horas diárias para o curso diurno (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, apud CARLI, 2004, p.82).

Na prática, a EJA na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte teve início em 1971, através do projeto MOBREAL. Ao longo das décadas 70 e 80 a criação de cursos de suplência em Belo Horizonte ficou a cargo do Governo Estadual. No entanto, é a partir da década de 90 que se observa uma grande expansão da educação de jovens e adultos, estando relacionada a uma emergência dos movimentos de reivindicações populares durante o processo de redemocratização da sociedade. (SILVA, 2009, p. 210)

Em 2002, o Conselho Municipal de Educação elabora a regulamentação da modalidade de ensino do EJA. O Sistema Municipal de Ensino credenciou as instituições educativas para a implementação da oferta, da estrutura, da organização e do funcionamento dessa modalidade. Hoje, na secretaria municipal de educação, o Núcleo de Jovens e Adultos, tem como finalidade discutir e analisar o serviço do EJA prestado, cuidando da formação de profissionais para essa modalidade entre outros aspectos. (SILVA, 2009, pp.210-211)

Belo Horizonte com o seu desenvolvimento como metrópole acabou por criar um espaço altamente fragmentado, com fortes desigualdades espaciais, observadas a partir da

dificuldade de acesso aos elementos básicos para a reprodução da vida, excluindo parte da população oportunidades que garantiriam a melhoria de vida. Tal processo foi intensificado na década de 1950, com o desenvolvimento do processo industrial na Região Metropolitana de Belo Horizonte que contribuiu na produção e reprodução da desigualdade que já vinha se desenhando na capital mineira. (LIBERATO, 2007) A industrialização fez com que uma grande quantidade de população oriunda do interior do Estado e do Nordeste se deslocasse para a capital mineira buscando oportunidades de trabalho.

Em uma pesquisa conduzida pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (2006) foi possível traçar o perfil da população analfabeta e de baixa escolaridade do município de Belo Horizonte. Esta população está localizada geralmente em áreas de vulnerabilidade social; a sua maioria é do sexo feminino e na faixa etária entre 41 e 70 anos; é oriunda, principalmente, de pequenos municípios do interior de Minas Gerais, trabalhadores rurais imigrantes em busca de melhores condições de vida na metrópole.

A partir da análise do gráfico – 01 percebe-se a dinâmica da população alvo do EJA, de 15 ou mais anos, com baixa escolaridade ou analfabeta.

Observa-se um considerável avanço nas políticas públicas relacionadas ao EJA uma vez que, no período entre 1991 e 2000 a população residente total de 15 anos ou mais em Belo Horizonte aumentou em pouco mais de 200.000 indivíduos, enquanto que o percentual que representa a população dessa idade com menos de quatro anos de estudo reduziu seis pontos percentuais no mesmo período, e para a população analfabeta de 15 anos ou mais passou de aproximadamente 7% para 4%, um decréscimo de 3 pontos percentuais.

No entanto, o resultado de melhora da educação dessa população não é exclusiva do EJA, uma vez que o acesso, permanência e qualidade da população em idade escolar foi também melhorado, em um período de nove anos, menos pessoas ficaram sem acesso à educação formal, diminuindo assim, os índices do EJA, sem no entanto, extinguir sua função.

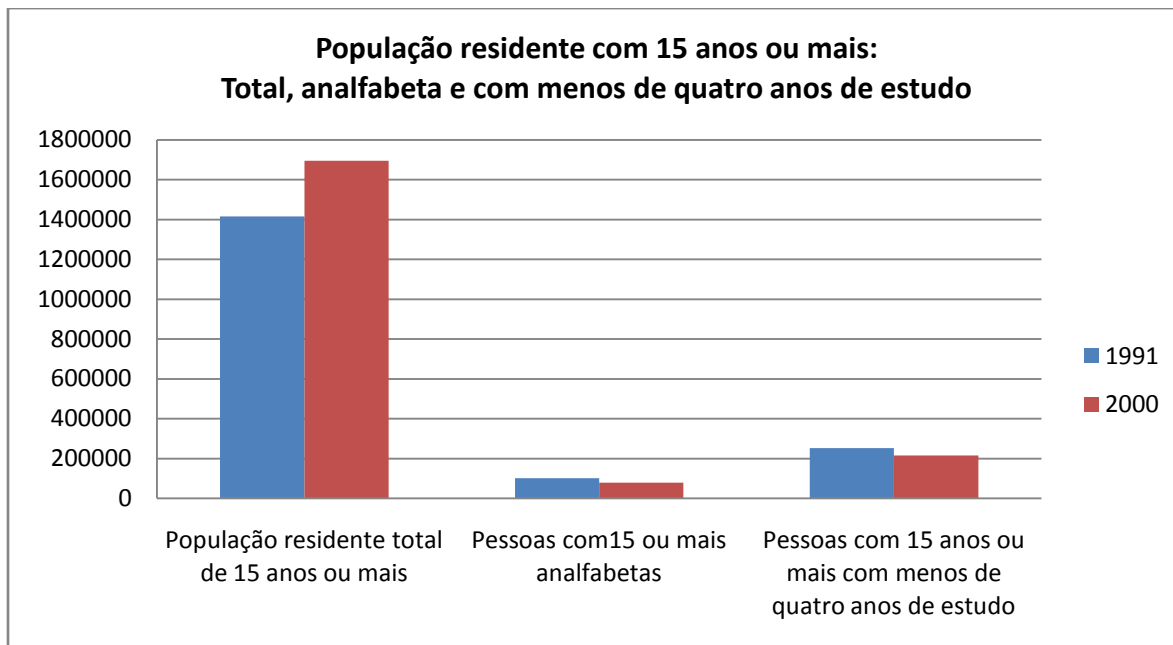


Gráfico – 1: População residente com 15 anos ou mais: Total, analfabeta e com menos de quatro anos de estudo

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH, 2001.

No ano de 2000, mesmo com a queda percentual apresentada no gráfico – 01, ainda existe um universo de 214.583 pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo; e para a população de 15 anos ou mais analfabetas ainda existe um número de 78.308 pessoas aproximadamente. Ainda que percentualmente apresente uma queda, em números absolutos ainda é um valor grande. E é exatamente para diminuir esses valores que as políticas públicas são direcionadas.

Observa-se que a inclinação do número total de matrículas aumentou consideravelmente no ano de 2000 para 2001, mantendo o número mais ou menos constante até 2005, onde ocorre mais um aumento considerável nas matrículas. Observa-se que o Ensino Médio foi o nível de ensino mais procurado apenas em 1999 e 2000, perdendo a colocação para o Ensino Fundamental. Sobre essa dinâmica, devemos, para uma análise completa, considerar o número de pessoas que concluíram o período e o número de pessoas que continuaram os estudos no nível seguinte. Com os dados disponíveis apenas uma parte da realidade é abrangida.

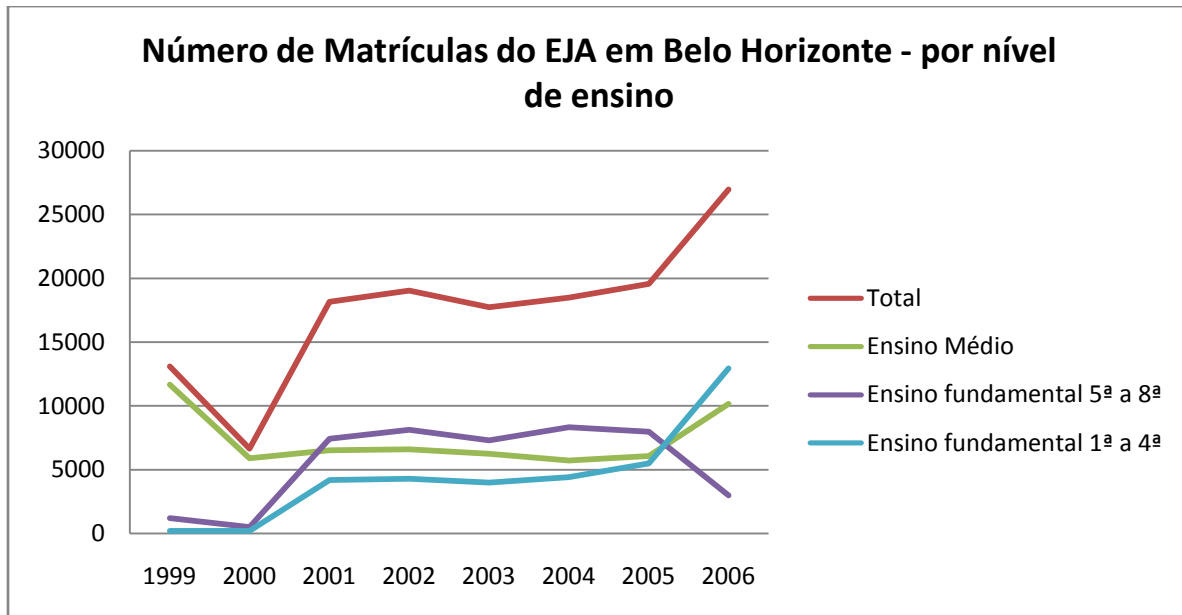


Gráfico – 2: Número de Matrículas do EJA em Belo Horizonte – por nível de ensino

Fonte: ÍNEP, 2011.

Essa realidade, quando analisada de forma espacial, transparece uma série de observações que são importantes serem ressaltadas sobre a distribuição espacial do analfabetismo, da população com menos de quatro anos de estudo maior de 15 anos de idade e as localidades que possuem o serviço EJA. Para tanto, utiliza-se de três mapas que irão demonstrar essa organização espacial.

O mapa de densidade de Kernel elaborado irá representar a distribuição das instituições que oferecem a Educação aos Jovens e Adultos e constitui importante instrumento de análise espacial na tendência de concentração e dispersão das instituições.

A partir da análise do mapa na figura – 02 a seguir, com o cálculo da Densidade de Kernel, pode-se interpretar a localização das instituições que oferecem o EJA a população de Belo Horizonte. Grande parte dessas instituições se localizam nas regionais de Venda Nova, Pampulha e Norte. A segunda área destacada no mapa se localiza na região central e oeste devido a dois fatores: em primeiro lugar a uma área de muita demanda do município e também ao fato de ser uma área de convergência de fluxos. A regional Leste, mesmo com uma demanda expressiva, não possui uma oferta compatível por parte da esfera pública, mas é compensada pela distribuição dessas instituições na regional central.

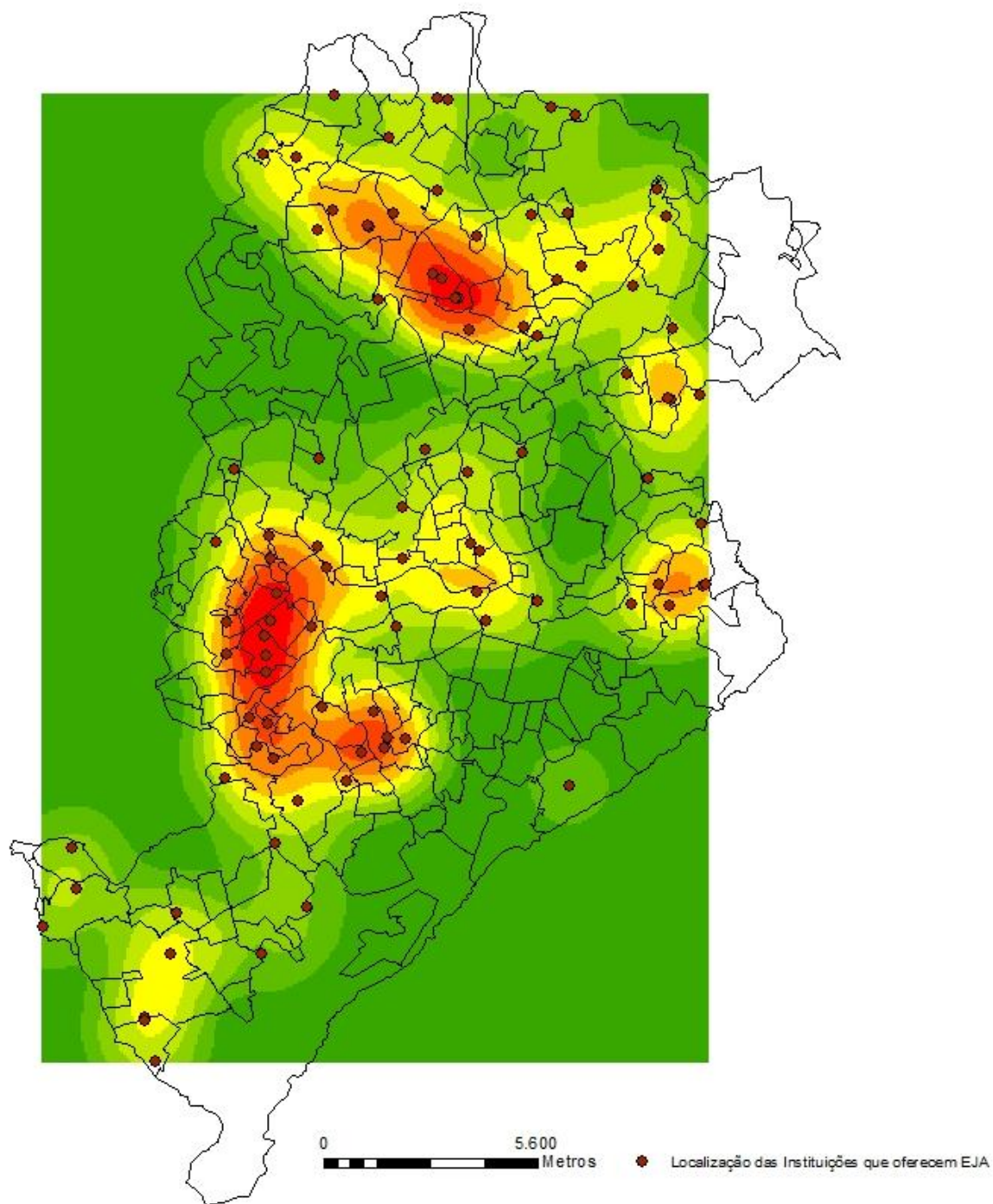


Figura - 02: Densidade de Kernel(busca de 2000m) para as instituições que oferecem EJA em Belo Horizonte

Fonte: Secretária de Educação Municipal de Belo Horizonte; Organização: Canettieri, 2011.

A figura – 03 representa o percentual de pessoas analfabetas com 15 ou mais anos de idade. Observa-se localizações pontuais de maior percentual em toda a capital mineira, com o valor variando de 11,84% e 18,52%. A regional que representa o maior percentual é a regional Norte, com o maior número de Unidades de Desenvolvimento Humano com o valor percentual variando de 7,29% a 11,83%.

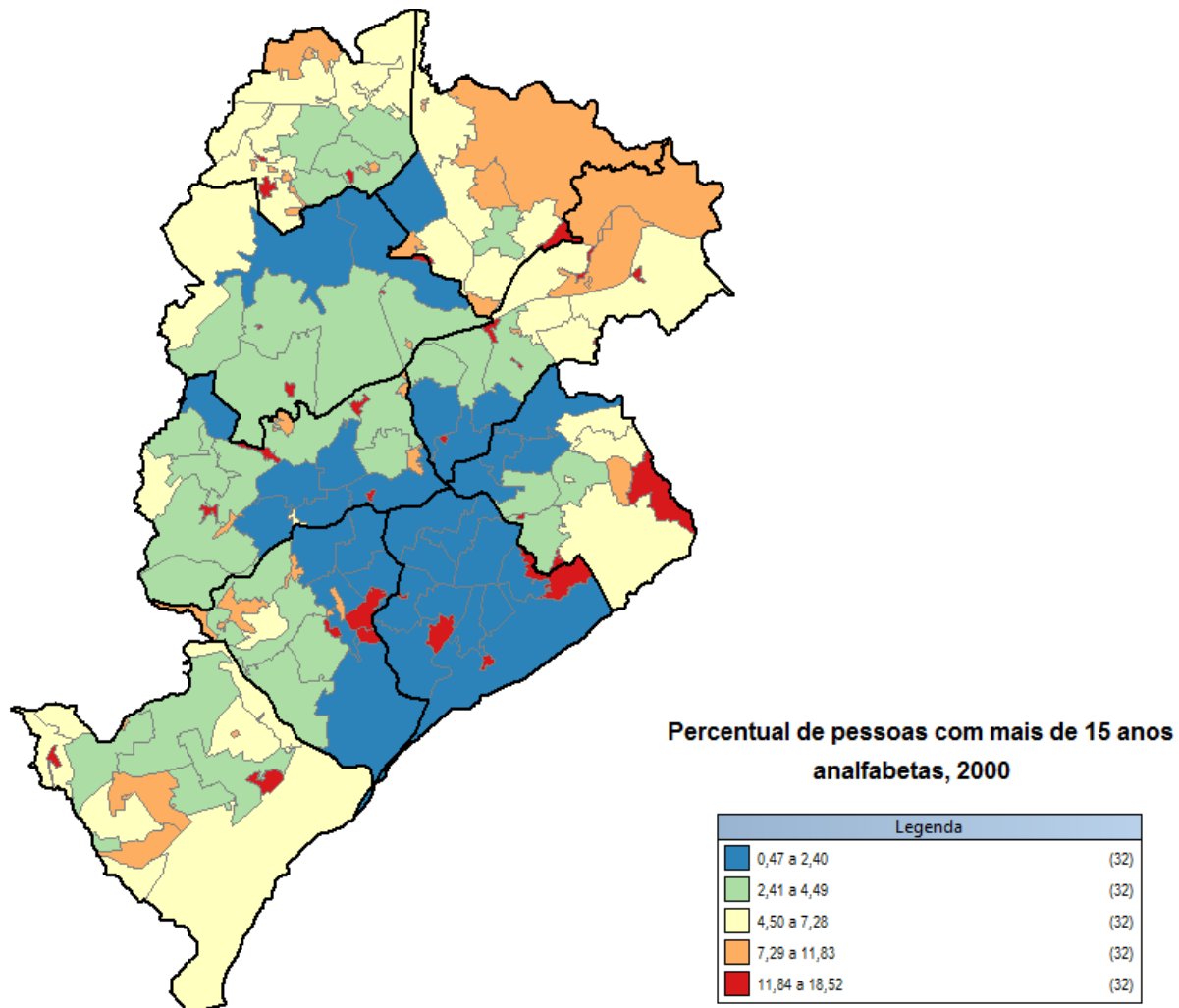


Figura – 03: Percentual de Pessoas de 15 ou mais analfabetas em Belo Horizonte, 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento da RMBH, 2001.

A figura - 04 representa o percentual de pessoas de quinze anos ou mais que possuem menos de quatro anos de estudo. Alguns pontos podem ser considerados críticos, uma vez que possuem de 28 a 33 por cento da população que possuem menos de quatro anos de estudo. Seja qual for a causa dessa situação, esse percentual é alto e expressivo, além de se constituir um

obstáculo a ascensão econômico-social dessa população. Esse percentual aparece de forma pontual e, a maioria dessas ocorrências, quando analisada considerando o mapa de localização das instituições, percebe-se que possuem na proximidade alguma oferta do EJA.

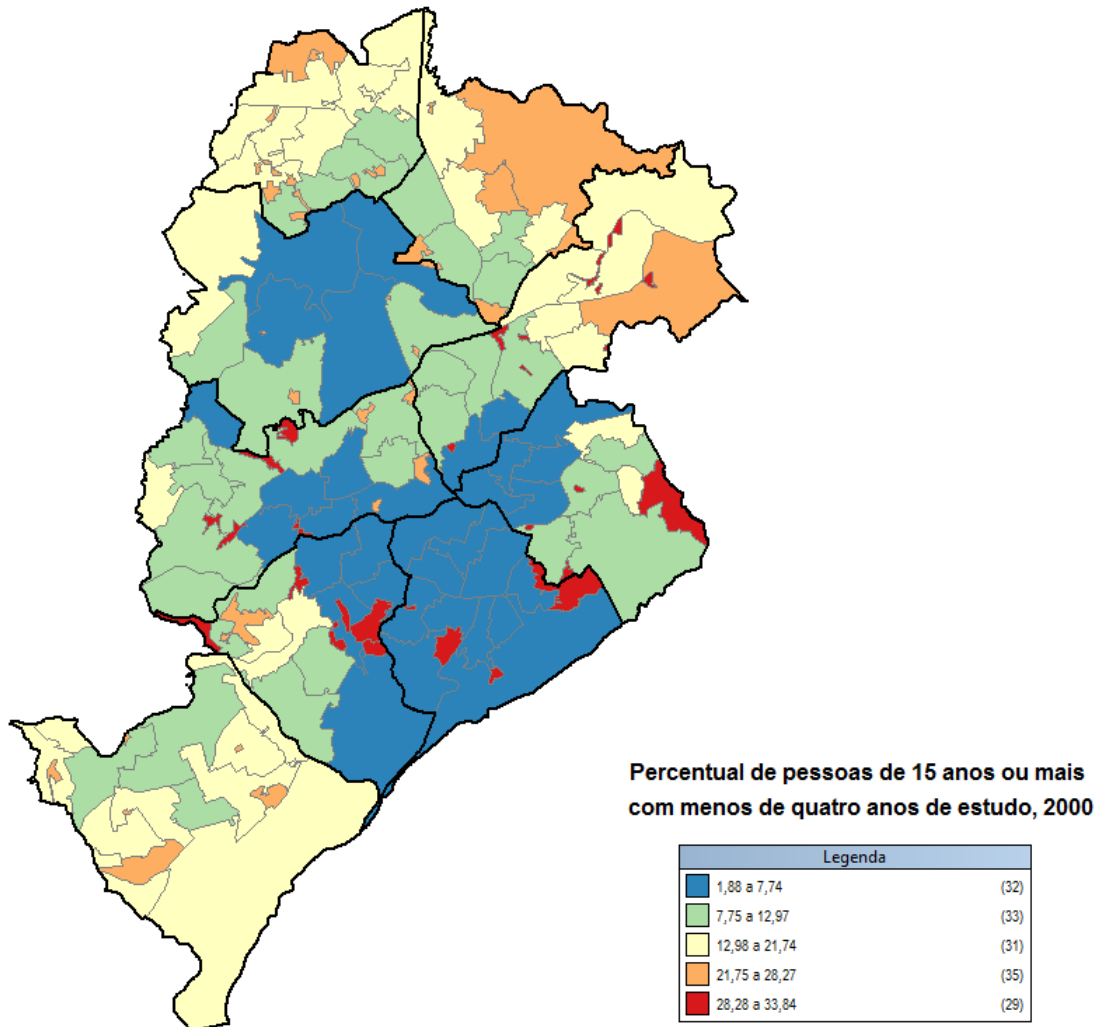


Figura – 04: Percentual de Pessoas de 15 ou mais com menos de quatro anos de estudo em Belo Horizonte, 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento da RMBH, 2001.

As áreas com as maiores percentagens de indivíduos com menos de quatro anos de estudo e de analfabetos coincidem com as áreas ocupadas pelos imigrantes que vieram para Belo Horizonte em busca de melhores condições de vida, o que revela a relação existente entre esses imigrantes com a população que o serviço do EJA visa atender.

A análise conjunta dos mapas revela importantes considerações sobre a situação de Ensino de Jovens e Adultos em Belo Horizonte. Primeiramente, é claro que a distribuição das instituições ofertantes de EJA apresente concentrações em áreas com um menor percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e com menos de quatro anos de estudo, e, ao mesmo tempo, estão localizadas próximas à aquelas UDH's que apresentam o mais alto valor do mesmo percentual, ainda que muito pontualmente. No entanto, considera-se que a área Sul da Regional Barreiro e a Regional Norte, vivem uma escassez da oferta do serviço, ainda que, observados valores percentuais das variáveis consideravelmente altos.

Observa-se nas regionais Barreiro e Norte um percentual relativamente alto, de 12,08 a 28,27, de população de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo. No entanto, essas localidades, conforme a figura - 02 com a Densidade de Kernel demonstra, o atendimento do EJA não é muito acessível, o que pode ser visualizado como uma dificuldade para a população acessar esse serviço, contribuindo para as baixas taxas de escolaridade.

Foi elaborado, para demonstrar a importância social do Ensino de Jovens e Adultos um quadro com os índices obtidos a partir do cálculo da Correlação de Pearson das variáveis de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e com menos de quatro anos de estudo para Belo Horizonte no ano de 2000 com diversas variáveis.

Tabela – 01: Índice de Correlação de Pearson entre o percentual de população de 15 ou mais anos analfabetas e com menos de quatro anos de estudo com diversas variáveis

Variáveis	Percentual de pessoas com 15 anos ou mais	
	Analfabetas (2000)	Com menos de quatro anos de estudo (2000)
Analfabetas/com menos de quatro anos de estudo (1991)	0,928	0,968
Renda per Capita (2000)	-0,627	-0,712
Pessoas com a renda per capita abaixo de 75,50 (2000)	0,916	0,977
Renda média dos responsáveis pelo domicílio (2000)	-0,595	-0,696
Taxa de desemprego da população de 15 anos ou mais (2000)	0,805	0,894
Perc. De responsáveis pelo domicílio com renda até 1 s.m. (2000)	0,907	0,887
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2000)	-0,883	-0,965

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da RMBH, 2001.

Observa-se que o índice de correlação entre o percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabeta e com menos de quatro anos de estudo de 1991 e 2000 possuem uma alta correlação, de 0,928 e 0,968 respectivamente. Ou seja, a situação de 1991 praticamente se manteve no ano de 2000.

Outra informação importante é que o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas ou com menos de quatro anos de estudo possui uma relação indireta com a renda dessa população, tanto a Renda per Capita das UDH's como a Renda média dos responsáveis pelo domicílio. Quanto maior o percentual de analfabetos ou pessoas com menos de quatro anos de estudo, menor é a renda dessa população, e também menor é o índice de desenvolvimento humano municipal.

Outras variáveis possuem associações positivas com o percentual de pessoas de 15 ou mais anos analfabetas e com menos de quatro anos de estudo, mas que ainda indicam vulnerabilidade social. O percentual da taxa de desemprego da população na mesma faixa de idade e o percentual de pessoas que possuem renda de 75,50 reais são maiores em UDHs que possuem um alto valor do percentual de população analfabeta e com menos de quatro anos de estudo.

Assim, verifica-se a importância social que o EJA tem como papel suprir, como meio de diminuir a desigualdade entre os indivíduos e garantir a população acesso a melhor qualidade de vida e a seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino de Jovens e Adultos de Belo Horizonte possui grandes avanços, mas ainda é uma política pública que deve ser melhorada, ampliando a rede e a qualidade de ensino para os usuários.

Embora tenha preocupação desde a década de trinta, ainda com caráter de campanha, e depois com a colocação do EJA como uma modalidade de ensino no ano de 1988, que de fato garantiu importância, ainda hoje existem consideráveis taxas de alfabetismo e pessoas com menos de quatro anos de estudo.

A análise da situação da modalidade EJA em Belo Horizonte demonstrou um grande esforço do município em promover essa educação, que pode ser traduzida na drástica redução do percentual de analfabetismo e de quatro anos ou menos de estudo entre os anos de 1991 e 2000. E ao mesmo tempo, do crescente número de matrículas a partir de 2000.

A distribuição espacial do EJA revela ainda uma tendência de aglomeração nas áreas centrais, provavelmente devido à maior acessibilidade e ao maior número de possíveis usuários dessa área. No entanto, áreas periféricas e claramente frágeis no âmbito da educação ainda não são o foco da atuação do serviço EJA, embora os dados demonstrem que seria interessante para esses indivíduos a oferta do EJA.

Por fim, destaca-se a importância socio-econômica decorrente do acesso a educação de jovens e adultos, garantindo maior remuneração, melhor qualidade de vida e mais dignidade a esses indivíduos.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: História e Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAGED, 2009.

BRASIL, Congresso Nacional do. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – nº 9.394/96**.

CARLI, Solange Auxiliadora de Souza. **Políticas Públicas para a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Sistema de Ensino de Belo Horizonte no Período de 1990/2000: Ordenamentos legais e efetivação institucional**. (Dissertação de Mestrado) Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2004.

GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Netwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo, Editora Difel, 1981.

CAMARA, Gilberto; CARVALHO, Marília Sá. Análise Espacial de Eventos. In: DRUCK, S; CARVALHO, M; CÂMARA, G; MONTEIRO, A. (Orgs.) **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília, EMPRAPA, 2004.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2001.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Publicações Estatísticas**, 2011.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial: Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Carmem; SILVA, Jerry; OLIVEIRA, João; PRADO, Maria Célia; RODRIGUES, Ronan; SILVA, Saly; GUEDES, Valéria (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos). Política de Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. In: **Pensar BH/Política Social**. V.15, Belo Horizonte, 2005.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa, 2004.

SILVA, Natalino Neves. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direito à diversidade e de responsabilidade das políticas públicas educacionais. In: **Revista Educação e Diversidade**, Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p.209-225.

ZANETTI, Marcelo. O direito à educação no Brasil. In: ZANETTI, Marcelo. **Cadastro escolar: atendimento público e o direito à educação**. (Dissertação de Mestrado) UFMG/IGC: Belo Horizonte, 2002.